

REESTRUTURAÇÃO

“Está criada a tempestade perfeita para o aumento das insolvências este ano”

Os advogados Filipa Cotta e Daniel Rosário dizem que o contexto macroeconómico torna inevitável uma subida das insolvências e que ainda é cedo para tirar ilações da queda registada no primeiro bimestre.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@medianove.com

Portugal vai mesmo ter um aumento no número de insolvências, apesar das boas notícias no início desde ano, preveem os advogados contactados pelo Jornal Económico (JE). A responsável da área de Reestruturções e Insolvência na Vieira de Almeida (VdA) avança que desde o final de 2022 sente-se mais preocupação “por parte de hipotéticos credores” e estas questões têm sido “uma constante” que a catapulta para as lembranças do que aconteceu na crise de 2008.

“Penso que está criada a «tempestade perfeita» e que é inevitável que em 2023 nos deparemos com um aumento significativo de insolvências. Espero que as empresas que, embora estejam a ter dificuldades de tesouraria, mas que sejam viáveis, recorram atempadamente a mecanismos de reestruturação. Nestes casos, o tempo pode ser decisivo para que se consiga, com sucesso, reestruturar as empresas, pelo que os seus gestores devem estar sensibilizados para esta possibilidade”, explica a advogada Filipa Cotta, sócia da VdA.

No primeiro bimestre do ano, Portugal registou uma queda de 9% (mais precisamente -8,7%) no número de insolvências para 692, de acordo com os dados mais recentes da consultora Iberinform. Só em fevereiro a descida foi de quase 12%, mas o panorama pode-se inverter – e as previsões assim o indicam. Aliás, a advogada alerta: os números ainda nos permitem ainda tirar ilações.

Para este ano, a Cosac antecipa mesmo um aumento de 20% nas insolvências por causa das inflação, crise energética e perturbações nas cadeias de abastecimento ainda não superadas. Por enquanto, de acordo com as contas da consultora Iberinform, são as constituições de empresas mantêm o ritmo de aumento, embora tenha havido um abrandamento comparativamente ao segundo mês do ano passado.

Daniel Rosário, associado sénior da Miranda & Associados, explica o fenómeno: “Segundo os dados disponíveis da Direção-Ge-



REUTERS

Bank (SVB). Para a dupla de juristas, não há motivos de receio nesta matéria. “O SVB e a Signature Bank estavam particularmente expostos a investimentos relacionados com empresas emergentes (startups) do sector tecnológico e criptomoedas, realidades que estão noutra estadia de desenvolvimento em Portugal, pelo que não creio que essa situação tenha paralelo em Portugal, ao contrário do que se passava, por exemplo, no Reino Unido, e que motivou a rápida intervenção na sucursal do SVB”, crê Filipa Cotta, para quem o sistema bancário europeu, inclusive português, saiu bem fortalecido da crises de 2008 e de 2012.

Ressalvando que é um tema ao qual se deve ser atento, uma vez que trata de um banco cujo balanço é várias vezes superior ao de qualquer um em Portugal, Filipa Cotta recorda que as autoridades e os especialistas têm dito que não estamos perante um Lehman Brothers 2.0. “Não existem, até ao momento, factos que, na minha perspectiva, possam indiciar o contrário”, afirma.

Daniel Rosário tem a mesma opinião, pois considera que o que aconteceu ao SBV é “algo muito particular”, que “difícilmente será espelhado na Europa”, porque os mecanismos de controlo europeus são mais rígidos. “Não deverão existir repercussões com impacto significativo em Portugal. De qualquer forma, não deixa de ser um sinal de alerta para as dificuldades crescentes que as startups e as PME poderão enfrentar na obtenção de meios de financiamento”, adverte.

A nível mais local, a habitação é outro dos tópicos quentes. Questionado sobre se as empresas de Alojamento Local (AL), no âmbito das medidas aprovadas esta quinta-feira pelo Governo, poderão ser um sector com mais risco, Daniel Rosário acredita que, sobretudo as mais pequenas que tenham recorrido a financiamento bancário, “possam passar por sérias dificuldades”. “Já no final do ano passado se assistiu a um aumento do número de casas no mercado que vinham de empresas de AL que não terão conseguido fazer face às exigências do mercado e compromissos assumidos com financiadores”, lembrou. ■



Filipa Cotta
Sócia da VdA



Daniel Rosário
Associado sénior da Miranda & Associados

ral da Política da Justiça, o número de insolvências decretadas no primeiro trimestre de cada ano é sempre mais alto do que nos trimestres seguintes. Tal acontece invariavelmente desde 2015, constituindo o ano de 2022 uma exceção, altura em que se assistiu

a um aumento do número de insolvências no quarto trimestre”.

“Não tem paralelo em Portugal, mas não deixa de ser um sinal de alerta”

Todavia, há novo dado na equação: o colapso do Silicon Valley